

Gestão 2013-2017 toma posse



Veja quem são os novos diretores que compõem a gestão Conexão Histórica e como foi a cerimônia de posse. [Página 02](#)

AASPTJ-SP conquista redução da jornada semanal dos psicólogos judiciários



Veja o histórico da luta da Associação pela jornada de 30 horas da Psicologia, a aprovação pela Assembleia Legislativa e a sanção do governador. [Página 04](#)

Presidente recebe entidades



Saiba tudo sobre a primeira reunião de negociação da pauta de reivindicações entregue à instituição em março. [Página 03](#)

**Primeiros resultados
da Pesquisa Saúde
dos Servidores**

[Página 05](#)

**Reunião entre
AASPTJ-SP e Presidência
para inclusão de
servidores na SP Prev**

[Página 06](#)

**Projetos de Lei
Complementar
de interesse
dos servidores**

[Página 08](#)

A História escreve-se no cotidiano, a partir da realização de ações que tenham um sentido de emancipação para o coletivo. Na gestão da AASPTJ-SP que se inicia, já são muitas as ações que se inscrevem nesta perspectiva e que concretizam o ideal de representação dos interesses e dos anseios dos assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Desafios não faltam, pois, afinal, há que trabalhar diuturnamente para não perder o que já foi conquistado e também para ampliar o espectro de possibilidades de reconhecimento profissional e salarial dos associados, bem como de todos os trabalhadores do TJ-SP.

Temos do que nos orgulhar quando vemos a Associação fortalecida do ponto de vista de seus processos internos, com suas contas sempre em dia e o orçamento sendo utilizado

em benefício de todos; assim como quando constatamos as dezenas de ações ganhas pela assessoria jurídica, tanto nos processos éticos, quanto nos administrativos, dos quais foram alvo os associados.

Temos do que nos orgulhar de nossa Associação quando vemos a concretização do Instituto da Remoção, fruto do trabalho conjunto com as demais entidades representativas e, sobretudo, temos do que nos or-

gulhar quando podemos celebrar a conquista das tão ansiadas 30 horas dos psicólogos do TJ-SP.

Mas, cada conquista é apenas o alimento para repor as energias que são necessárias para a continuidade do trabalho. Assim, renovam-se os desafios e as responsabilidades, que a gestão Conexão Histórica sabe só poder enfrentar com êxito se puder continuar contando com o apoio e a participação dos associados e representantes.

AASPTJ-SP

Novas conexões: Gestão 2013-2017 toma posse

Novos rumos, novas direções, mas sem perder a história. Esse é o lema da diretoria da AASPTJ-SP eleita em junho para a gestão entre 2013-2017, Conexão Histórica.

Os novos diretores tomaram posse no dia 28 de junho. Receberam asso-

ciados e convidados no Circolo Italiano, em São Paulo. Representantes da ex-diretoria – Participação e Compromisso – também estavam presentes para a passagem da administração da Associação. A mestre de cerimônias foi a assistente social associada Maria Terra.

Na abertura do evento, o desembargador Ademir de Carvalho Benedito, representando o presidente do Tribunal de Justiça, afirmou ser uma honra para ele prestigiar a solenidade. “Tenho o privilégio de trabalhar com assistentes sociais e psicólogos desde o início da atuação destes profissionais

no Tribunal”, expôs. Ele lembrou que presenciou a posse da primeira diretoria eleita da AASPTJ-SP.

Ricardo Felício Scaff, juiz auxiliar da Corregedoria-Geral, representando o corregedor, desembargador José Renato Nalini, apontou a importância do trabalho dos assistentes sociais e

Veja os integrantes da nova diretoria

Presidente



Elisabete Borgianni
Assistente social/Jundiá

Vice-presidente



Ligia Maria Castelo Branco
Assistente social/Santos

Primeira Secretária



Maria Helena Correa
Assistente social/Mirassol

Segunda Secretária



Lilian Magda de Macedo
Psicóloga/Botucatu

Primeiro Tesoureiro



Eduardo Campos Neves
Psicólogo/Presidente Prudente

Segunda Tesoureira



Margarida Maria Buosi
Assistente social
aposentada

Conselho fiscal



Claudia Anaf
Psicóloga aposentada

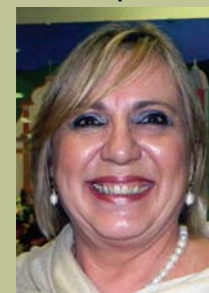


Elaine Major Ferreira
Assistente social/São
Caetano do Sul



Fatima Elizete Zanoni
Assistente social/Panorama

Suplentes do Conselho Fiscal



Nanci Adelina Kurata
Assistente social/Marília



Maila Rezende Vilela
Assistente social/
Igarapava

Veja o álbum de fotos da posse em nossa fanpage no Facebook: <http://www.facebook.com/aasptjsp>

AASPTJ-SP

psicólogos no Judiciário e desejou boa sorte na gestão.

O representante do CRP-SP José Ricardo Portela falou sobre o reconhecimento do Conselho sobre a importância do trabalho dos profissionais no âmbito jurídico e a preocupação com as dificuldades que enfrentam diariamente.

Representando os psicólogos da gestão Participação e Compromisso, que findou seus trabalhos no dia 28 de junho, a ex-primeira tesoureira, Esther Katayama, expôs sobre o desafio de representar as duas categorias. “Quando assumimos há quatro anos vimos o trabalho que teríamos não só para representar, mas para congregar assistentes sociais e psicólogos pela

luta em prol da categoria.” Esther também lembrou importantes ações que marcaram a gestão, como por exemplo, a união das entidades representativas dos servidores durante a greve de 2010, a pesquisa sobre a saúde dos servidores do Judiciário, a abertura do diálogo com a atual Presidência do TJ, entre outras coisas.

Maria Helena Correa, primeira secretária, falou pelos assistentes sociais da ex-diretoria. Ela trouxe a relevância da luta, que pautou e continuará pautando o trabalho da AASPTJ-SP. Falou também sobre uma grande conquista da categoria que trará nova força para a luta por melhores condições de trabalho: a criação da Associação Nacional dos

Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica.

Eduardo Campos Neves, primeiro tesoureiro empossado, expressou a importância da continuidade do trabalho iniciada pela gestão anterior, com a participação de todos. Ilustrou sua fala com a famosa citação: “Quando se sonha sozinho, é apenas um sonho. Quando sonhamos juntos, é o começo da realidade”.

Por fim, a presidente, Elisabete Borgianni, pronunciou-se lembrando de que a eleição da chapa Conexão Histórica ratificou a confiança dos associados no trabalho iniciado pela gestão anterior (a atual diretoria foi eleita com 93% dos votos válidos). “Isso nos dá a legitimidade de continuarmos a

atuação, mas faz pesar sobre nossos ombros uma imensa responsabilidade de corresponder às altas expectativas dos nossos associados”, alegou, apontando também o quanto a AASPTJ-SP cresceu ao longo de seus vinte anos, tornando-se referência nacional e internacional.

Contamos também com a presença de representantes de outras entidades do Judiciário (Carlos Alberto Marcos, da Assojuris, Maurício Carlos Queiroz, da Affocos, Yvone Barreiros Moreira, da Aojesp e Maria Irene Rizzo, da Asjcoesp), da Defensoria Pública e da Fundação Casa. O coordenador da Infância e Juventude do TJ-SP, desembargador Antonio Carlos Malleiros, também prestigiou o evento.

EM PAUTA

Presidente recebe entidades, mas respostas concretas só em dezembro



No dia 19 de julho, as entidades representativas dos servidores foram recebidas em audiência pelo presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori, para início das discussões sobre a pauta de reivindicações entregue à instituição em março.

A reunião começou em clima de tensão. Ao ser questionado sobre a alteração do horário de expediente dos fóruns, Sartori afirmou que esta era uma questão fechada e que não a discutiria. “O Tribunal irá economizar 150 milhões e precisamos deste dinheiro. O horário está decidido e não vou discutir isso”, alegou.

Com o decorrer da reunião e o apito de um grupo de servidores na porta do Palácio da Justiça, o presidente acabou revendo sua posição. No final do encontro, propôs às enti-

dades que se faça uma experiência de três meses no novo horário. Após este prazo, será marcada nova reunião para avaliação.

Em seguida, falou-se sobre a possibilidade de aumento do auxílio-saúde. Está descartada a ideia de implantação de um convênio médico específico para os servidores. De acordo com o desembargador, o Tribunal avaliou os apontamentos levantados pelas entidades e considerou que o plano médico não seria vantagem. As entidades ponderaram que os servidores encontram-se em situação crítica já que os convênios particulares reajustam seus valores nesta época do ano e quase sempre acima da inflação. “A minha intenção é dar este aumento ainda este ano, mas não posso prometer isso agora”, expôs o presidente. No dia 5 de setembro, o TJ anunciou pela Portaria

nº 8.803/2013 que o auxílio-saúde passaria a ser de R\$ 100,00 mensais.

Quanto ao Plano de Cargos e Carreiras, Sartori trouxe a informação de que o texto estava quase pronto e, à pedido dos representantes dos servidores, solicitou que sua assessoria disponibilize o projeto às entidades e dê um prazo para sugestões. Isso não aconteceu. O Projeto de Lei Complementar foi encaminhado à Assembleia Legislativa sem a leitura prévia das entidades. Saiba mais sobre este PLC na reportagem da página 08.

Quanto à reposição salarial, nenhuma novidade. O presidente alegou mais uma vez falta de verba e que pretendia pagar, ainda em 2013, a diferença da reposição da inflação da data-base deste ano (algo em torno de 0,25%) talvez, um pouco a mais. No dia 30 de julho, o TJ anunciou reposição de 1%

a partir de setembro. Questionado sobre o cumprimento do acordo do dissídio que estabeleceu o pagamento dos 4,77% (retroativo do período entre março e novembro de 2010), Sartori disse que também não tem resposta.

“Os 4,77% são uma dívida do Tribunal com os servidores já judicializada, pois faz parte do cumprimento do dissídio”, argumentou Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP. Acrescentou que “não se pode admitir o argumento de que o governador cortou o orçamento do Tribunal para não pagar essa dívida. Isso é como admitir a desmoralização da Justiça pelo Executivo”.

Por fim, Sartori disse que o Tribunal planeja contratar mais de três mil servidores (escrevintes, assistentes sociais e psicólogos) aprovados nos concursos ainda este ano.

Mais uma conquista da AASPTJ-SP: Jornada de 30 horas para psicólogos é aprovada na Alesp

A terça-feira 27 de agosto de 2013 começou cheia de expectativas para a AASPTJ-SP. Mais um dia de muito trabalho. À tarde iríamos para a Assembleia Legislativa. Nossa missão era procurar pelo deputado estadual Mauro Bragato (PSDB) que havia combinado conosco apoio para colocação do PLC 04/2013 (redução da jornada para 30 horas semanais para os psicólogos do TJ-SP) em votação no Plenário. Nossa meta era conseguir alguns minutos durante a reunião do Colégio de Líderes para expormos nossa defesa pela aprovação do projeto.

Chegamos à Alesp no início da tarde. Por acaso, encontramos Bragato na entrada da lanchonete. Combinamos de encontrarmos com ele mais tarde na porta do Colégio de Líderes. Enquanto isso, decidimos percorrer alguns gabinetes em busca de apoio.

Fomos então à liderança do PT. Notas na imprensa naqueles dias informavam que o partido estava obstruindo as votações dos Projetos de Lei do Tribunal de Justiça.

Recebidos pelo líder, deputado Luiz Cláudio Marcolino, explicamos a importância do PLC para os psicólogos do Tribunal de Justiça. “Somos favoráveis à aprovação do projeto. Não vamos obstruí-lo. Estamos obstruindo na Casa a votação de projetos de autoria do governo. Projetos de interesse

dos servidores vamos votar a favor”, nos explicou o líder da bancada petista, entendendo a importância de não vetar o projeto.

No horário combinado com Bragato, o deputado foi chamado para presidir uma reunião da Comissão de Finanças e Orçamentos e não pode nos acompanhar até o Colégio de Líderes. Fomos sozinhos. Pedimos para falar com o presidente, deputado Samuel Moreira (PSDB). Enquanto aguardávamos, chegou o deputado Campos Machado (PTB). O abordamos e falamos de nosso pleito. Defensor dos projetos do TJ-SP, o deputado nos disse que iria solicitar nossa entrada durante a reunião.

Em seguida, fomos recebidos pelo chefe de gabinete de Samuel Moreira, que nos informou que o presidente já havia colocado nosso projeto na ordem do dia de quinta-feira (30/08) e que teríamos permissão para entrar durante a reunião do Colégio de Líderes.

E entramos. A presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, acompanhada pelo primeiro tesoureiro, Eduardo Campos Neves, pela conselheira fiscal Cláudia Anaf e pelas assessoras Vilma Regina da Silva e Katia Hale, fez uma breve defesa da importância da aprovação do PLC. “Os psicólogos judiciários lidam com casos muito complexos como adoção, violência sexual contra crianças,



Com o deputado Luis Claudio Marcolino

adolescentes em conflito com a lei. A jornada de 30 horas semanais proporcionará qualidade de vida e de serviço a estes profissionais. Assim, eles terão mais tempo de realizar uma capacitação continuada e prestar um serviço cada vez melhor à população atendida”, expôs. Elisabete esclareceu os deputados de que os assistentes sociais judiciários já exerciam a jornada de 30 horas e que as duas categorias trabalham juntas. A fala da diretora foi bastante aplaudida pelos deputados.

Na saída, fomos abordados pela deputada Ana do Carmo (PT), que nos disse reconhecer a nossa luta e a importância do PLC.

Ainda na Alesp, satisfeitos com o trabalho do dia, recebemos a notícia de que o Colégio de Líderes, devido à nossa exposição, havia acordado em colocar o projeto em votação no plenário ainda naquele dia, em sessão extraordinária.

Seguimos para o Plenário Juscelino Kubitschek. Esperamos pelo início da sessão extraordinária. Os deputados Carlos Giannazi (PSOL), Hamilton Pereira (PT), Luiz Cláudio Marcolino (PT), Enio Tatto (PT), Campos Machado (PTB) e Beth Sáhão (PT) discursaram em defesa da aprovação do PLC.

Em seguida, houve a votação e o PLC 04/2013 foi aprovado por unanimidade. O governador do Estado, Geraldo Alckmin, sancionou a lei no dia 25 de setembro.

Uma conquista histórica da AASPTJ-SP. Um presente aos psicólogos na data em que se comemora o dia desta profissão!

A batalha da Associação pela implantação da jornada de 30 horas semanais para os setores técnicos no TJ-SP foi longa. A primeira vitória veio em agosto de 2010, quando o Senado aprovou a redução da jornada dos assistentes sociais para todo o país.

Acatada a jornada de 30 horas para os assistentes sociais pelo Tribunal, iniciamos gestões junto à instituição para que estendesse o benefício aos psicólogos.

No início da gestão de Ivan Sartori marcamos uma audiência com o presidente. Entre outros pleitos, solicitamos que os assistentes sociais aprovados no último concurso fossem contratados sem redução de salário e que as 30 horas fossem estendidas aos psicólogos. O desembargador demonstrou interesse em atender nossos pleitos e solicitou à sua assessoria que estudasse a melhor forma de fazê-lo.

A secretária de recursos humanos, Lilian Salvador Paula, foi quem encontrou a solução para ambas reivindicações: alteração no Plano de Cargos e Carreiras, por meio de dois Projetos de Lei.

Desde então, acompanhamos juntamente com nossos associados a tramitação dos PLs, que foram aprovadas na Alesp.



No Colégio de Líderes

Pesquisa Saúde dos Servidores do TJ-SP: Resultados preliminares

No dia 22 de agosto a coordenadora da pesquisa sobre a saúde do servidor do Judiciário Paulista, Agda Delia, e a consultora Edith Seligmann-Silva, estiveram na sede da AASPTJ-SP para apresentar os resultados preliminares da pesquisa. Representantes das entidades organizadoras do trabalho (AASPTJ-SP, Assojubs, Assojuris e Affocos), estiveram presentes para acompanhar os resultados preliminares.

Agda contou como surgiu a ideia da pesquisa e como foi desenvolvida. Falou também sobre a escolha das cidades que fizeram parte do estudo. “Não fizemos um comparativo entre as cidades. Todas elas nos dão o panorama do que é o Judiciário no Estado de São Paulo”, expôs.

Para a pesquisadora, as primeiras análises dos resultados mostraram como a falta de organização do espaço e a falta de comunicação entre as pessoas afetam o dia a dia do TJ-SP. “O Tribunal é um corpo partido. Um mesmo papel percorre por várias pessoas. Mas, um servidor não tem ligação com o outro. Um não sabe da vida profissional do outro”, afirmou.

Resistência de um trabalho não reconhecido, ameaças, inquietações, aflições, essas foram as sensações percebidas por Edith nas entrevistas dos servidores. “Muitos perderam a esperança de mudanças. Eles entendem que o TJ está inserido em um contexto maior no país, no mundo”, explicou.



Edith (de preto) e Agda (de vermelho) falam aos representantes das entidades

Para ela, a maior demanda está na sobrecarga de trabalho. “O Tribunal paulista não cresceu de acordo com as exigências da sociedade”. De acordo com Edith, a primeira demanda apontada pela pesquisa seria a abertura de concursos para as cinco categorias pesquisadas. Todas estão sobrecarregadas.

A consultora também apontou o clima de desagregação interno. “As pessoas não hesitaram em dizer que o pior do trabalho é o relacionamento interno com superiores e outros servidores”.

Aguarde apresentação dos resultados da pesquisa, que está sendo preparada pelas entidades!

A Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AASPTJ-SP – inaugurou sua página no Facebook. Este é mais um canal de informação disponível. Curta nossa página e receba nossas novidades e divulgações!

<http://www.facebook.com/aasptjsp>

Plano de Cargos: Entidades e TJ discutem falta médica e progressão

As entidades representativas dos servidores do Judiciário receberam diversas demandas de seus associados por conta da progressão prevista pelo Plano de Cargos e Carreiras. O problema foi que muitos servidores, apesar de terem recebido duas avaliações positivas, não receberam a progressão de carreira em virtude do que estabeleceu a Lei Complementar nº 1.041/2008, a denominada “falta médica”.

Desta forma, solicitamos audiência com o presidente, desembargador Ivan Sartori, que nos recebeu no dia 13 de agosto. Expostos os motivos pelas entidades, o presidente se comprometeu em rever os recursos impetrados pelos servidores. Também propôs a seus assessores a elaboração de um Projeto de Lei alterando a redação da Lei Complementar 1.111/2010 (Plano de Cargos e Carreira) para que,

futuramente, as “faltas médicas” não sejam consideradas quando se tratar de progressão.

No dia 22 de agosto, a assessoria da Presidência nos recebeu com a informação de que o Tribunal irá colocar em votação no Órgão Especial a minuta do Projeto de Lei. O intuito é modificar o art. 17 da Lei Complementar nº 1.111/2010 nos seguintes incisos: VI - quando licenciado para

tratamento de saúde, no limite de 45 dias por ano; VII - ausente em virtude de consulta ou sessão para tratamento de saúde nos termos da LC 1.041/08.

O TJ vai usar como referência a Lei Complementar 1199/13, que “deixou de lado a falta médica para os servidores do Executivo”.

Aprovado pelo Órgão Especial, o PL seguirá para a Assembleia Legislativa.

Presidente recebe AASPTJ-SP para debater inclusão de servidores na SP Prev



No dia 17 de julho, parte da diretoria da AASPTJ-SP recebeu alguns assistentes sociais e psicólogos contratados pelo regime da Lei 500 após dia 1/06/2007. Participaram da reunião: Lúcia Castelo Branco (vice-presidente), Maria Helena Correa (primeira secretária), Lillian Magda Macedo (segunda secretária), Eduardo Campos Neves (primeiro tesoureiro), Margarida Maria Buosi (segunda tesoureira), Sonia Guerra Alvarez Garcia (assessora jurídica), Vilma Regina da Silva (assessora da diretoria), Ana Roberta Prado (psicóloga de Ribeirão Preto), Sara Perez Morais (psicóloga de São José do Rio Preto), Silvia Serrano (assistente social de Itapeva), Guaciara Ceccato (psicóloga de Rio Claro) e Eloisa Ribeiro de Araujo (assistente social de Itapevi).

As profissionais trouxeram para a Associação as preocupações de cerca de 200 assistentes sociais e psicólogos contratados pelo regime da Lei 500 após a entrada em vigor da Lei 1010/2007, e que, portanto, não se aposentarão pelo SPPrev e sim pelo Regime Geral de Previdência, INSS.

Vilma explicou aos presentes como foi a Reforma da Previdência de 2003 e suas implicações para os servidores públicos, como foi a criação e regulamentação da SPPrev, em cumprimento ao estabelecido pela Constituição Federal e a luta da AASPTJ-SP junto a demais entidades pela inclusão de servidores

regidos pela Lei 500 que já atuavam no serviço público na época da criação da São Paulo Previdência. Também trouxe esclarecimentos sobre a organização e funcionamento da estrutura pública estadual e no Judiciário.

Dra. Sonia fez um resumo do histórico de todas as gestões políticas da AASPTJ-SP junto ao Tribunal de Justiça em defesa dos assistentes sociais e psicólogos nomeados após 1/06/2007 e de como a Associação decidiu-se por impetrar ações judiciais para estas pessoas e como estão sendo os julgamentos.

Lúcia destacou a trajetória política da AASPTJ-SP a partir da greve de 2010, a preocupação com a constituição de instrumentos de negociação no atual contexto histórico – criação da AASP Brasil, a importância do trabalho iniciado na gestão anterior, cuja participação na mesa de negociação foi fundamental para a luta de associados assistentes sociais e psicólogos, trabalho este que continua e se fortalece na atual gestão.

As representantes dos profissionais apresentaram documento que estão elaborando com o grupo para que a AASPTJ-SP encaminhasse ao Tribunal de Justiça, solicitando que o presidente, desembargador Ivan Sartori, recebesse a Associação e representantes do grupo em audiência.

Encaminhada a solicitação ao TJ, fomos recebidos pelo presidente, desembargador Ivan Sartori no dia 2 de setembro. Pela Associação, participa-

ram a presidente, Elisabete Borgianni, o primeiro tesoureiro, Eduardo Campos Neves, a assessora jurídica, Sonia Guerra Garcia e as assessoras da Diretoria Vilma Regina da Silva e Katia Hale. Além de Sartori, o TJ-SP estava representado pelo chefe de gabinete Tarcísio dos Santos, pela secretária do SPRH, Lillian Salvador Paula e pelo secretário da Presidência Kauy de Aguiar.

A reunião também foi acompanhada pela associada Silvia Regina Serrano, assistente social de Itapeva, representando o grupo de 200 profissionais que se encontram nesta situação. A AASPTJ-SP havia encaminhado ao TJ solicitação de audiência com uma lista de profissionais que nos acompanhariam. No entanto, só foi permitida a entrada de um representante.

Sartori iniciou a audiência elogiando o trabalho da Associação pela apro-

vação do PLC 04/2013 (jornada de 30 horas para psicólogos judiciários). Elisabete agradeceu o apoio do Tribunal ao nosso pleito, especialmente à secretária Lillian que sugeriu o projeto de lei como forma de atender à reivindicação da categoria e ao desembargador Armando Toledo, que trabalha pelos PLs do TJ na Alesp. Também falou ao presidente sobre a importante ação da AASPTJ-SP junto a deputados de diversos partidos, o que facilitou nossa exposição com o Colégio de Líderes.

Em seguida, iniciamos a conversa sobre a questão dos profissionais excluídos da SP Prev. Lembramos o presidente que desde 2007 a AASPTJ-SP vem fazendo gestões junto ao Tribunal e à Assembleia Legislativa na tentativa de uma solução. Relembramos o Projeto de Lei elaborado pelo deputado Carlos Giannazi (PSOL), que não prosperou por vício de iniciativa. Projeto de Lei desta natureza deve ser de iniciativa do governo do Estado.

Desta forma, a AASPTJ-SP entregou ao desembargador uma sugestão de minuta de Projeto de Lei alterando o artigo 2º, para incluir um parágrafo 4º, possibilitando a inclusão destes profissionais. Sartori recebeu o documento e afirmou que o Tribunal encampará esta ideia. Disse também que entregaria a sugestão ao governador, Geraldo Alckmin, quem já tinha uma reunião agendada.

Por fim, Silvia falou sobre a proposta de parte do grupo de profissionais (proposta esta não acatada pela Associação) de que o TJ-SP resolvesse a situação destas pessoas por meio de uma resolução. Sartori e sua assessoria, porém informaram que este caminho não é possível, pois uma resolução não tem força para alterar uma lei e pode ser revogada a qualquer momento e que não poderia resolver esse assunto administrativamente.

Após a audiência, fizemos uma reunião com o restante do grupo que nos aguardava na porta do Palácio da Justiça para passar os informes da reunião.



Servidores realizam atos contra novo horário do TJ-SP

Em julho, os servidores do Tribunal de Justiça paulista foram surpreendidos pelo Provimento nº 2.028/13 e pela Portaria nº 8.782/13, que alteraram o horário de atendimento aos membros do Ministério Público, defensores públicos, advogados e estagiários inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

O novo horário entrou em vigor no dia 19 de julho e fez com que os trabalhadores readequassem suas vidas

para atender à alteração. Para muitos, está difícil conciliar o novo expediente com o horário escolar dos filhos. Servidores que estudam também enfrentam dificuldades.

Desta forma, os servidores organizaram três atos de protesto. A AASP-TJ-SP acompanhou dois deles – nos dias 24 e 31 de julho.

“O Tribunal não pode dispor assim da vida das pessoas. Não podemos aceitar esta alteração de horário no meio



do ano. Muitas servidoras não estão conseguindo pegar os filhos na escola. Os estudantes não conseguem chegar no horário das aulas”, alegou Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP.

Em audiência de negociação com as entidades (veja reportagem na pági-

na 03), Ivan Sartori comprometeu-se a reunir-se novamente conosco depois de três meses de avaliação do novo horário.

No dia 9 de agosto, por meio do Diário Oficial, o TJ voltou a estabelecer o horário especial de trabalho dos estudantes.

Entidades e TJ-SP discutem Instituto da Remoção

No dia 16 de julho ocorreu a primeira reunião do comitê paritário entre entidades e Tribunal de Justiça para o Instituto da Remoção. A AASPTJ-SP foi representada pela presidente, Elisabete Borgianni, um dos membros do comitê. Também participaram da reunião: Alexandre dos Santos (Assosjubs), Adolfo Benedtti (Assosjuris),

José Gozze (Assetj), Mário José Mariano (Apatej) Maurício Carlos Queiros (Affocos), Silvana Pereira Borges (juíza assessora da Presidência do TJ), Marcos Vinicius Rios Gonçalves (juiz assessor da Presidência do TJ), Tarcísio dos Santos (chefe de gabinete da Presidência), Kauy Lopérlogo de Aguiar (secretário da Presidência), Lilian Salvador Paula (secretária de

Planejamento de Recursos Humanos), Ana Lúcia da Costa Negreiros (secretária da Primeira Instância) e Solange Cipriano Bastos (secretária judiciária).

O objetivo da reunião foi o de acertar os últimos detalhes da definição do processo de remoção dos servidores do Judiciário paulista. O Tribunal já deu início às inscrições no dia 15 de

julho. Nesta primeira etapa, foram feitas as inscrições apenas de escreventes.

Os juízes assessores trouxeram uma boa notícia para a categoria, especialmente aos assistentes sociais e psicólogos. O TJ-SP acatou a solicitação das entidades de realizar a remoção antes da nomeação dos concursos em aberto. O que realmente aconteceu. No dia 4 de setembro, o TJ-SP divulgou no Diário Oficial as inscrições para os demais servidores, incluindo assistentes sociais e psicólogos. As inscrições encerraram-se no dia 16 de setembro.

Eles também esclareceram que o quadro de vagas disponíveis para os escreventes foi organizado e determinado pelo próprio presidente do Tribunal, desembargador Ivan Sartori. Não sabemos quais foram os critérios para as vagas dos Setores Técnicos. Silvana afirmou que os servidores que não conseguirem remoção, poderão utilizar-se do sistema de permutas a qualquer momento.

Este primeiro processo do Instituto da Remoção servirá como teste e avaliação do sistema. O comitê paritário irá reunir-se nas oportunidades que julgar necessário para ajustes e soluções.



Deputados não votam PLs do Judiciário apesar de pressão dos servidores



Cerca de 700 servidores do Judiciário paulista estiveram dia 17 de setembro na Assembleia Legislativa para acompanhar uma audiência pública em defesa dos Projetos de Lei Complementar 06/2013 (cria cargos de assistentes sociais e psicólogos), 29/2013 (atualização do Plano de Cargos e Carreiras) e 30/2013 (índice de reposição salarial dos servidores). O evento organizado pelo deputado Carlos Giannazi (PSOL) e pela Assojuris, teve como objetivo o convencimento dos deputados da importância da aprovação dos três projetos para a categoria.

A AASPTJ-SP acompanhou a audiência representada pela presidente, Elisabete Borgianni, pelo primeiro tesoureiro, Eduardo Neves e pela assessora da Diretoria Katia Hale.

Elisabete, em sua fala, destacou a importância da união entre as entidades representativas dos servidores e da categoria já que as negociações com o Tribunal não têm sido fáceis. “Essa luta de hoje pelos PLCs não seria necessária se o Plano de Cargos fosse decente na sua origem. Agora estamos nós, os trabalhadores tendo que lutar por reenquadramentos e projetos de lei para ganharmos minimamente um direito”, expôs. A presidente também apontou ao Plenário que a maior corte do País tem um dos salários mais defasados para assistentes sociais e psicólogos. Ela mostrou aos presentes seu holerite. “É um quarto do que ganha um assistente social ou um psicólogo em Minas Gerais, metade do que ganham em Rondonia. Fico imaginando o que é isso para os auxiliares, para os escreventes e para os oficiais de Justiça de São Paulo”.

Além de Giannazi, também se pronunciaram os deputados Major Olim-

pio (PDT), Itamar Borges (PMDB), Ed Thomaz (PSB), João Paulo Rillo (PT) e Roberto Moraes (PPS).

Em seguida, uma comissão de representantes das entidades foi recebida pelo Colégio de Líderes. Foi feita uma rápida exposição em defesa da aprovação dos projetos e sua importância para os servidores. Em defesa do PLC 06/2013 foi apontado aos deputados a necessidade da criação de novos cargos de assistentes sociais e psicólogos para todo o Estado, já que muitos técnicos estão para se aposentar e os processos que envolvem crianças e adolescentes não podem parar.

Apesar do apelo das entidades e da presença massiva dos servidores, o Colégio de Líderes não colocou os projetos para a ordem do dia. Isso ocorreu porque o líder do governo, deputado Barros Munhoz (PSDB) pediu vista dos projetos. De acordo com o parlamentar, os PLCs chegaram re-

centemente à Alesp e requerem maior atenção antes de serem votados.

Emendas

Como noticiado anteriormente, parte das entidades, entre elas a AASPTJ-SP, entenderam que os PLCs 29 e 30 necessitavam de emendas. Neste sentido, estivemos na Alesp no dia 10 e conversamos com os deputados Luis Claudio Marcolino (PT) e Carlos Giannazi (PSOL), que se prontificaram em apresentara as emendas em Plenário. No último dia 16, as entidades procuraram o presidente do Tribunal, desembargador Ivan Sartori, que afirmou que o TJ não poderia apresentar alterações ao texto original dos projetos, já que isso dependeria de aprovação do Órgão Especial.

No dia 17 de setembro, novamente reunidos com deputados, fomos orientados de que, caso as emendas

fossem aprovadas em Plenário, os projetos voltariam às comissões, o que poderia obstruir o processo. Em vista da importância e urgências da aprovação dos PLCs, as entidades decidiram por não apresentar emendas. Retomaremos a luta pela retroatividade do índice de reposição e pela inclusão dos servidores em desvio de função na administração em um próximo momento.

Aguarde novas informações e fique atento para as mobilizações junto à Alesp!



EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria

Presidente – Elisabete Borgianni
Vice-presidente – Lígia Maria Castelo Branco
1ª Secretária – Maria Helena Correa
2ª Secretária – Lílian Magda de Macedo
1ª Tesoureiro – Eduardo Campos Neves
2ª Tesoureira – Margarida Maria Buosi

Conselho Fiscal

Claudia Anaf
Elaine Major Ferreira
Fatima Elizete Zanoni
Suplentes: Nanci Adeline Kurata
Maíla Rezende Vilela

Conselho Editorial

Maria Helena Correa,
Lígia Maria Castelo Branco, Lílian Magda de Macedo e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios
(Mtb 35.875-SP)

Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125
2º andar – Conj 21 – Centro – Cep 01042-001
São Paulo – SP – Telefone: (11) 3256-5011;
E-mail: aasptjsp@aasptjsp.org.br;
Site: www.aasptjsp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.